

SEGUNDAS INTENÇÕES: O RECEITUÁRIO NEOLIBERAL E AS FORÇAS DE CONVERGÊNCIA ENTRE PAÍSES

Second intentions: the neoliberal recipe and the forces of convergence between countries.

Bruno Aguiar Santos¹

Universidade de Coimbra

Maurício Santos²

Universidade Lusófona

Fábio da Silva Veiga³

Universidade Lusófona

DOI: <https://doi.org/10.62140/BSMSFV1712024>

Sumário: 1. Forças de divergência e convergência; 2. Desenvolvimento; 3. Conhecimento; Considerações Finais.

Resumo: Este artigo aborda a questão da desigualdade – especificamente a desigualdade horizontal – entre países, uma temática central nas discussões sobre desenvolvimento global. O estudo inicia com a definição de conceitos-chave, como as forças de convergência e as forças de divergência, fundamentais para a compreensão das dinâmicas econômicas que perpetuam ou reduzem as disparidades entre nações. As forças de convergência referem-se aos mecanismos que podem promover uma maior igualdade entre países, enquanto as forças de divergência agem no sentido oposto, ampliando as diferenças econômicas e sociais. O texto foca em duas manifestações importantes dessas forças: a difusão de conhecimento e a abertura dos mercados internos para a livre circulação de investimentos e capitais estrangeiros. A difusão de conhecimento é vista como um elemento potencialmente igualador, pois facilita o acesso a tecnologias e inovações, permitindo que países em desenvolvimento reduzam a distância tecnológica em relação aos países mais avançados. Por outro lado, a abertura de mercados pode ser uma faca de dois gumes, dependendo de como é implementada e das condições econômicas internas. Nesse contexto, o artigo lança uma crítica ao receituário neoliberal amplamente aplicado aos países em desenvolvimento, argumentando que ele não leva em conta as especificidades econômicas e históricas do Sul

¹ Doutorando no programa *Sociology of State, Law, and Justice*, da Faculdade de Economia e do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal. E-mail: brunosantos@ces.uc.pt

² Mestrando em Direito na Universidade Lusófona do Porto, Portugal. E-mail: mauriciosantosp@gmail.com

³ Doutor em Direito Empresarial pela Universidade de Vigo (Espanha) com a máxima distinção e Prémio Extraordinário de Tese de Doutoramento. Professor de Direito Empresarial da Universidade Lusófona (Porto e Lisboa, Portugal). Pesquisador da CAPES no Exterior. Presidente do Instituto Iberoamericano de Estudos Jurídicos – IBEROJUR. E-mail: fabiojus@gmail.com

Global. Em vez de promover a igualdade, tais políticas frequentemente perpetuam uma continuidade colonial que precisa ser rompida. Os autores propõem, assim, alternativas mais alinhadas às realidades dos países em desenvolvimento, que busquem autonomia econômica sem depender excessivamente de capitais externos ou da imposição de modelos econômicos que desconsideram as particularidades locais.

Palavras-chave: desenvolvimento, relações internacionais, investimento estrangeiro, neoliberalismo, conhecimento.

Abstract: This article addresses the issue of inequality – specifically horizontal inequality – between countries, a central theme in discussions about global development. The study begins by defining key concepts such as the forces of convergence and the forces of divergence, which are fundamental to understanding the economic dynamics that perpetuate or reduce disparities between nations. The forces of convergence refer to mechanisms that can promote greater equality between countries, while the forces of divergence work in the opposite direction, widening economic and social differences. The text focuses on two important manifestations of these forces: the diffusion of knowledge and the opening of domestic markets to the free flow of investments and foreign capital. The diffusion of knowledge is seen as a potentially equalizing factor, as it facilitates access to technologies and innovations, allowing developing countries to reduce the technological gap with more advanced countries. On the other hand, the opening of markets can be a double-edged sword, depending on how it is implemented and the internal economic conditions. In this context, the article criticizes the neoliberal prescription widely applied to developing countries, arguing that it fails to take into account the economic and historical specificities of the Global South. Instead of promoting equality, such policies often perpetuate a colonial continuity that needs to be broken. The authors thus propose alternatives that are more aligned with the realities of developing countries, aiming for economic autonomy without excessive dependence on external capital or the imposition of economic models that disregard local particularities.

Keywords: development, international relations, foreign investment, neoliberalism, knowledge.

1. Introdução: rompimentos e continuidades.

"What have we done?

Maggie what have we done?

What have we done to England?

Should we shout, should we scream?

What happened to the post war dream?

Oh, Maggie, Maggie what did we do?"

(Roger Waters, para Margaret Thatcher, em *The Post War Dream*.)

Poderíamos dar início a este texto usando da mais batida figura de linguagem para designar as relações internacionais e suas idiossincrasias: o xadrez global. Então falaríamos sobre, certamente, um tabuleiro de xadrez internacional, político, onde cada país moveria suas peças de determinada maneira. Pensamos, entretanto, em dar início a este texto de uma forma um tanto diversa, pelo menos tendo como objetivo mais humilde escapar dos lugares-comuns. Também buscamos escapar da danosa aridez dos textos que tangenciam o assunto, porque cremos que o que move a pesquisa e as reflexões, num geral, é o interesse ávido do leitor e da leitora pelo que se é dito num texto.

Assim, pensamos em iniciar este ensaio diversamente, sem usar o "xadrez global" ou discorrendo sobre as opções metodológicas como se preenchesse um checklist de metodologia do trabalho científico. É com este aparte e essas ressalvas que, só então, damos início à introdução do texto. Como toda introdução, esperemos que cativa e provoque o leitor e a leitora que corajosamente se dispuseram a lê-la.

Sigamos.

Para falar de convergência entre países, precisamos falar sobre o lado escuro da convergência, sobre o que não é iluminado e sobre o que o termo oculta. Precisamos refletir sobre o que não é dito e que está por trás daquilo que se fala; exercitar o que Boaventura chama por sociologia das ausências (Santos 2022). Para falar sobre convergência entre países, é preciso necessariamente falar sobre desigualdades entre países.

A convergência entre países, ou seja, a diminuição da desigualdade econômica internacional — horizontalmente —, é assunto que serve de pauta para diversos estudos e pesquisas nas ciências sociais e, de um ponto de vista, um tanto menos estrutural, buscamos refletir tal processo pela perspectiva inicial do direito econômico – superada ao redigir do texto –, mas com o fundamental objetivo de levantar questões acerca dos efeitos que os investimentos estrangeiros produzem no processo de superação do subdesenvolvimento, se negativos ou positivos. A ideia central é confirmar ou rechaçar o discurso dominante (neoliberal) que coloca o investimento estrangeiro como instigante das lógicas de mercado, tidas como vasos de naturais e virtuosas consequências para a redução da(s) desigualdade(s).

Apontamos, sem maiores desdobramentos, como principal referencial teórico, pois estimulador da curiosidade e da discussão aqui presentes, o trabalho realizado por Thomas Piketty em seu livro “O capital no Século XXI”. O tema da desigualdade é o que motiva e

baseia a noção, no texto de Piketty, de convergência e divergência, tanto dentro de um território nacional – imagem de verticalidade – quanto em âmbito global – imagem de horizontalidade –, ainda que seja a verticalidade o ponto focal do economista francês. A obra do economista francês toca as forças de convergência e forças de divergência para redução ou aumento da desigualdade, respectivamente. O que o presente artigo visa é dar uma visão geral acerca de duas forças tradicionalmente consideradas e tidas como sendo de convergência em âmbito global: a difusão de conhecimento e o investimento estrangeiro em economias nacionais.

Para a precisão terminológica, que evitará confusões na leitura do que será abordado, precisamos assegurar o significado de convergência. Tem-se que a convergência é aqui entendida e descrita como o processo pelo qual os países subdesenvolvidos, ou em processo de desenvolvimento, alcançam o mesmo patamar de desenvolvimento econômico e social dos que já possuem esse status quo. Ou seja, convergência é o processo pelo qual os países subdesenvolvidos se “aproximam” dos países desenvolvidos econômica e socialmente.

Dentro dessa concepção de convergência, existem empuxos, práticas sociais e políticas públicas que pavimentam o caminho em direção ao que é tido como desenvolvimento. São exatamente essas forças que serão objeto do que tratamos aqui — como dito, duas delas. No primeiro capítulo, o que traremos é um panorama a respeito da postura que certos países adotaram com relação ao controle de seu próprio desenvolvimento, traçando uma linha base de teoria a respeito do que adotamos como concepção de subdesenvolvimento.

No segundo capítulo, adentramos a discussão sobre o papel do conhecimento no desenvolvimento econômico. Para isso, utilizamos de uma leitura pessoal sobre uma literatura amplamente disponível que possui em seu conteúdo uma reflexão mais profunda sobre a postura dos países que deram mais atenção ao conhecimento do que à abertura do mercado e à mobilidade internacional do capital.

E, por fim, encerrando o estudo, levantamos uma hipótese de fundamental importância em tempos de resgate de condutas similares às *spoiling operations* sessentistas e de fragilidade das economias dos países que buscam a superação de seu subdesenvolvimento: seria o processo de convergência entre países falseado pelos detentores mundiais do poder econômico, quando estes colocam seus interesses econômicos velados em supostos resgatadores dessas sociedades?

Que existem ainda as lógicas de uma herança colonial, não podemos, muito menos devemos, negar — *continuum* colonial, que Angela Davis tão bem retrata, inclusive em recente e curtíssimo ensaio (Davis 2018) e que Piza e Freitas desenvolvem (Duarte e da Silva Freitas 2019). Desta forma, num primeiro rascunho este artigo falava sobre neocolonialismo – termo que hoje não podemos admitir. Não há que se falar sobre neocolonialismo quando os anos de pesquisa — e as leituras decoloniais, bem como as epistemologias do Sul (Cunha 2019; Santos 2022) nos demonstram um equívoco cometido por Sartre no uso da linguagem (Sartre 2006), quando ele próprio fala sobre neocolonialismo. Assim, nosso trabalho e nossas reflexões deixam de utilizá-lo neste sentido e com a conclusão anteriormente exposta — que um dos empuxos de convergência entre países era, de certa forma, o ressurgir, e não a manutenção, do colonialismo. Esse é um dos grandes câmbios da evolução no pensamento que propomos desde o primeiro redigir deste artigo.

Usando desse contorcionismo argumentativo, estabelecemos certas ressalvas sem antecipar formulações vistas adiante no ensaio. Portanto, refletiremos — e refletiremos em conjunto — sobre a possibilidade de a abertura de mercado a investimentos estrangeiros ser ou não ser uma força de convergência entre países e se serve ou não a um propósito inerente de uma lógica colonial.

De pronto, o que podemos dizer é que não há como ressuscitar o que morto nunca esteve.

2. Dos infernos, purgatórios e paraísos entre nações.

Só podem se aproximar quem detêm uma distância. A afirmação parece ser ululante, mas não é. Sociedades diferentes encontram-se em “locais” diferentes. Por óbvio que não se fala aqui de léguas marítimas ou de estradas transnacionais. Tampouco essas linhas contêm matéria abstrata, de caráter mecânico e recompensador como um pódio de uma corrida entre nações ou de uma perseguição de um alvo qualquer a ser alcançado.

Falamos, aqui, de desenvolvimento. Se falamos de desenvolvimento, precisamos dispor de estacas no uso da linguagem que delimitem a compreensão consciente que temos do fenômeno e que procuramos utilizar neste trabalho. Senão, arriscamos ter por desenvolvimento um conceito que possa dividir os países entre os desenvolvidos e subdesenvolvidos, entre primeiro e terceiro mundo — para usar uma classificação já um tanto datada —, ou, para ser um tanto mais erudito, entre os livros da Divina Comédia, indo

do mais profundo círculo do inferno ao mais angelical paraíso, tudo a partir de um critério de preferência: com base no sucesso nas copas do mundo de futebol, ou na quantidade de restaurantes com pelo menos uma estrela Michelin em seu território. Ou, pior, posso emular Adam Smith, e dividir as nações entre as prósperas e as selvagens (Smith 1976), mudando meu critério também ao sabor dos ventos.

Uma coisa é certa: existe algo, bem menos metafísico do que imaginamos, e também muito menos ligado à meritocracia como os cânones neoliberais podem fazer crer, que afasta algumas nações de outras. Dado que os países se distam um dos outros, a conclusão natural é que existem empuxos que podem aproximá-los ou que podem distanciá-los. Chamemo-los, os empuxos, de forças. Se os aproximam ao que exporemos como desenvolvimento, são forças de convergência. Se os distam, de divergência. Cremos já ter estabelecido um ponto de partida: o desenvolvimento — e o subdesenvolvimento —, são um fenômeno que não se revestem da simplicidade que aparentam. Abrigam uma gama de influências que não se restringem ao nível territorial ou ao âmbito político, mas avança em diversas variáveis que resultarão no cenário político, social e econômico de determinada sociedade.

Não é, também, um processo linear e incólume; nem o subdesenvolvimento é uma etapa a ser superada em busca do desenvolvimento, ultrapassada por todos os países desenvolvidos do mundo. Segundo Celso Furtado ensina e Gilberto Bercovici e Alessandro Octaviani esmiúçam (Bercovici e Luis 2013), o desenvolvimento é um processo histórico. Somente disto já podemos excluir, de pronto, a racionalidade e mecânica naturais do que seria, como foi dito, um processo cronológico e padronizado. Partindo desse pressuposto, de que cada sociedade passa por cenários específicos quanto ao desenvolvimento, há de se negar, totalmente, a possibilidade de haver uma receita básica, fundamental e universal para a superação do subdesenvolvimento.

Por isso, salientamos algo que deveria ser muito caro ao estudioso do assunto: não há imparcialidade — ainda que muito propagandeada pelos porta-vozes da técnica — do processo de desenvolvimento das nações. O que ocorre dentro desse processo, de convergência ou divergência, acontece por um motivo que acaba por atender a determinado interesse de alguns dos atores da política internacional.

Sintetizando tal entendimento alicerçador, a organização das ideias aqui expostas por Bercovici e Octaviani é corretíssima:

“O desenvolvimento, como ensina Celso Furtado, é um fenômeno eminentemente histórico, ou seja, cada sociedade enfrenta problemas específicos, para os quais não há uma única política ou modelo. O subdesenvolvimento não é uma etapa pela qual os países desenvolvidos tenham necessariamente passado, mas é um processo histórico autônomo, funcional ao centro do sistema e com específicas relações de classe, interna e externamente” (Bercovici e Luis 2013, 1).

Julgamos ser importante possuir — e, objetivo deste autor: provocar — um cuidado suplementar quando se trata de digerir as ditas “saídas” para o subdesenvolvimento. Principalmente quando se verifica que as receitas para as forças de convergência são provenientes do próprio centro do cenário político e econômico mundial, conforme demonstramos mais adiante. Sabendo que o subdesenvolvimento existe e possui sua razão de ser no interesse dos detentores do controle desse sistema, ilógico seria que os próprios produzissem o algoz de suas próprias vantagens.

Quando Bercovici e Octaviani invocam Celso Furtado para dizer que “cada sociedade enfrenta problemas específicos, para os quais não há uma política ou modelo” e erguemos nossos olhos cansados dos livros e observamos o desenvolvimento das nações ao redor do mundo, é cristalino que cada país age de determinada maneira e consoante as suas idiossincrasias, necessidades econômicas e interesses geopolíticos. Antes que nós devamos responder uma crítica de superficialidade, começamos a recorrer às classificações que podem auxiliar a marcha do pensamento. Há certas classificações desta estirpe. De veia neoschumpeteriana, Alice Amsdem classifica os países em três diferentes blocos, separados pelo grau de industrialização (Amsden 2001). No primeiro bloco encontram-se os países do Atlântico Norte, os plenamente globalizados e as potências atuais; no segundo há o que a autora chama países “resto”, sendo aqueles de industrialização tardia; por fim, existem os países chamados “resquício”, que ainda não se industrializaram. O foco deste texto encontra seu objeto nos países que a autora chama “resto”, ou seja, os de industrialização tardia, como China, Brasil e Índia — à guisa de interessante comparação, Dowbor consegue fornecer argumentos interessantes para outra classificação (Dowbor 1997), da teoria dos mundos, entre primeiro e terceiro, ainda que de certa forma já superada, pois utilizada largamente no contexto da Guerra Fria, tendo aberto espaço para a classificação entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, ou em desenvolvimento.

O trabalho de Amsdem, complementa essa classificação com a afirmação de que os países resto podem adotar diferentes meios para competir com os países do Atlântico Norte.

É aqui que Amsdem fornece uma contribuição fundamental, numa nova classificação, para a compreensão da economia global e para o fenômeno do desenvolvimento: para ela existem as nações independentes, por um lado, e as integradoras, de outro, concluindo que as primeiras são as que escolheram crescer a partir do fortalecimento de suas indústrias nacionais, e do desenvolvimento tecnológico próprio – China, Índia, Coreia do Sul e Taiwan, por exemplo –, enquanto as outras são as que optaram (ou foram coagidas a optar) pela importação de tecnologias e submissão aos ditames econômicos dos grandes centros – Brasil, Argentina e México, por exemplo. Piketty realiza semelhante diferenciação sem, contudo, denominar da mesma forma (Piketty 2014, 14).

A escolha entre as *raisons d'être* é feita intencional e racionalmente — ainda que, pela base furtadiana, já vimos que, em determinados momentos, a alternativa frente ao poder econômico e político dos grandes centros não é uma escolha fácil de ser concretizada. A teoria econômica liberal é a base teórica fundamental para a adoção da postura integracionista. Isso ocorre porque a teoria econômica liberal clássica enxerga nas forças do mercado e na concorrência as grandes molas propulsoras do desenvolvimento (Piketty 2014). A partir dessa visão nada é mais lógico e racional do que permitir que o mercado controle a saída do subdesenvolvimento.

E a relevância do mercado, obviamente, não se estanca com a decadência do pensamento liberal clássico. Pelo contrário, e aqui um ingrediente que serve para fornecer uma racionalidade evidente por trás da decisão política de seguir uma ou outra forma: é no neoliberalismo, com o afastamento do *laissez-faire* e a atuação bem específica do Estado (Plant 2004; Rodrigues 2022), que o mercado atinge sua aura divinal de onisciência, onipresença e onipotência.

A esse respeito, Piketty traz outra visão. Diferente da metafísica cândida das leis de mercado, o interesse do capital central é muito mais substantivo do que se pensa:

“Em princípio, o mecanismo por meio do qual os países ricos possuem uma parte dos países pobres pode ter repercussões eficazes para a convergência. Se os países ricos estiverem tão cheios de poupança e de capital que estes já não servem para nada além de construir mais imóveis ou instalar mais uma máquina na fábrica (diz-se, nesse caso, que a “produtividade marginal” do capital, ou seja, a produção suplementar possibilitada por uma unidade adicional de capital, é muito baixa), pode ser mais eficaz que invistam uma parte desses recursos nos países pobres. Dessa maneira, as nações ricas — ou ao menos os

habitantes que detenham capital excedente — obterão uma taxa de retorno melhor, e os países pobres poderão reduzir o atraso na produtividade.” (Piketty 2014, 85).

Ao lermos este trecho de Piketty, ainda que presente a ressalva precípua do “em princípio”, concluímos de largada que é realizada uma ode, pelo economista francês ao investimento estrangeiro. Aparenta-nos, essa forma de pensar, ser compatível com a ideia de que a principal força de convergência entre países é o investimento estrangeiro, a realocação dos excedentes de capitais transnacionalmente — tendo o México, Brasil e Argentina como exemplos comumente lembrados (Amsden 2001). Mas Piketty vai além, instando-nos a refletir sobre os problemas deste pensamento – ao qual chama de *théorie optimiste* (Piketty 2013, 120). Lembra-nos que “uma vez realizado os investimentos, é de toda forma possível que os países ricos continuem a possuir os países pobres permanentemente”. E conclui, ensaiando uma confluência com este trabalho e uma primeira confluência com Amsden – que resgataremos em breve: “*Ensuite, d'un point de vue historique, ce mécanisme à base de mobilité du capital ne semble pas être celui qui a permis la convergence entre pays*”. De um ponto de vista histórico, portanto, para Piketty, esse argumento da mobilidade do capital internacional não é o mecanismo que de fato se mostrou eficaz para a convergência entre países.

Mas, antes de tomarmos isso como verdade, e encerrarmos este paper por aqui, debrucemo-nos mais uma vez sobre a história.

O que o conhecimento pode nos ensinar?

3. O conhecimento liberto, a liberalização trancafia.

Gostaríamos de começar um capítulo que versa sobre conhecimento, certamente, homenageando Paulo Freire, tão vilipendiado pelos – estes sim, selvagens – da extrema-direita brasileira nos últimos anos. Como não falar de Paulo Freire nesse momento e quando o assunto é conhecimento? Ainda que demonstremos como o foco dado ao conhecimento aqui é, podemos dizer, macroscópico, enquanto Freire dá uma visão mais particular e estrutural; ainda que demonstremos que buscamos olhar para outros fenômenos, enxergamos a necessidade de referenciar Paulo Freire. Porque a leitura de sua obra faz parte de um ganho de consciência, sem dúvida, e porque este ensaio tenta se inscrever numa tradição que ele bem define sobre os radicais: “O radical, comprometido com a libertação dos homens, não se deixa prender em ‘círculos de segurança’, nos quais aprisione também a

realidade. Tão mais radical quanto mais se inscreve nesta realidade para, conhecendo-a melhor, melhor poder transformá-la” (Freire 2014).

Desnecessário dizer que o que refletimos nestas páginas sobre conhecimento é menor que um grão de areia de toda a obra e vida do pensador recifense, mas julgamos interessante dispor de seu pensamento num trabalho repleto de desenvolvimentistas pelo importante papel crítico que tanto os desenvolvimentistas aqui citados, quanto Freire, exerceram e exercem na crítica ao ortodoxo pensamento econômico dominante. Tratando desse específico conhecimento que tratamos aqui – ver (Muller 2001) –, nos inquietamos a saber qual é a posição que ocupa na superação do subdesenvolvimento. Se é, de fato, catalisador da convergência entre países e qual a sua relevância em comparação com a abertura de mercado a investimentos estrangeiros.

Por isso, de partida recorreremos a Bercovici que, em seu trabalho de fôlego, traz um dado inicial que se torna uma contribuição de suma importância: na hierarquização econômica entre os países, baseada no desenvolvimento, cuja ideia também fora construída por Amsden, o conhecimento é protagonista. Encara-se que o conhecimento, transformado em inovação tecnológica, acaba por decidir as posições ocupadas pelos países no mundo (Bercovici 2011).

“Essa visão [de que o conhecimento exerce papel central no desenvolvimento] é compartilhada por Muller. Segundo aponta, o conhecimento vem cada vez mais sendo encarado como um dos recursos indispensáveis para o crescimento, seja de uma empresa, seja de um país. Além disso, aponta que a inovação juntamente com o conhecimento tem influência decisiva nos níveis de competitividade, desenvolvimento e prosperidade de uma determinada região.” (Bercovici 2011, 15).

Há, então, mais um ponto de relevância na obra de Amsden. Exatamente pela importância que a autora dá para o conhecimento no processo de desenvolvimento dos países. Ela inicia seu livro, *The Rise of the Rest*, com um prefácio ácido e crítico a respeito das principais teorias econômicas sobre esse processo.

“O comportamento do mercado é baseado na ideia de ‘escassez’ — é a essência do valor. É, portanto, curioso que as principais teorias do desenvolvimento tratem do conhecimento como um bem gratuito. Na teoria que escora as orientações políticas para o livre comércio, o conhecimento cai como maná do céu. Todavia, o conhecimento é o mais

precioso dos bens. (...) é tudo, menos universalmente disponível e gratuito.” (Amsden 2001, prefácio).

Sua crítica é fundamental para nós: as teorias econômicas clássicas e as principais teorias econômicas acerca do desenvolvimento acabam por obscurecer o papel que o conhecimento exerce nesse cenário. Compactua, inclusive, com o que pensa Piketty e ao que chamaremos a atenção em seguida: alguns países — do “resto” —, nesse processo de *catching up*, foram além de seus semelhantes e conseguiram desenvolver o que é chamado de *knowledge-based economy*, ou seja, economias baseadas no conhecimento. Essas economias tiveram a grande vantagem de possuir o controle de suas empresas de tecnologia e de adentrar setores de alta tecnologia baseadas no que a autora traz como “lideranças nacionais”. São nações que adentram um diverso grupo, ainda não falado: o grupo das nações independentes. É possível citar como exemplo, dentre outras, China, Coreia do Sul e Taiwan.

Creemos que com a construção reflexiva disposta até então, neste ponto em que falamos das nações que basearam seu desenvolvimento no processo de difusão de conhecimento nacional, é possível começar a enxergar onde a teoria de Amsden converge, neste específico e particular ponto, à de Piketty.

Retomamos, portanto, a ideia que o economista francês desmonta, historicamente, parte da teoria econômica liberal clássica. Piketty aponta para as mesmas nações (independentes) que Amsden — acrescentando o Japão — com a seguinte conclusão: são países que forçaram o processo de convergência sem necessitarem de maciços investimentos estrangeiros. Pelo contrário, forçaram o processo de convergência pelos próprios investimentos no que o autor chama por capital humano e no capital físico que necessitavam (Piketty 2014). Investiram planejada e ativamente em... conhecimento. Assim chegaram ao estágio de economias baseadas no conhecimento de que Amsden se ocupa.

Para a análise de Piketty, confluindo para o acordo entre os autores, o conhecimento é o ponto nevrálgico do desenvolvimento a longo prazo:

“O fato de que a acumulação do capital físico só explica um pouco do crescimento da produtividade no longo prazo e que a maior parte provém da acumulação do capital humano e de novos conhecimentos é notório desde os anos 1950-1960.” (Piketty 2014, 709).

Importa verificar, por exemplo, a seriedade com que as nações já desenvolvidas tratam o conhecimento. Tomemos a maior potência econômica como modelo: não à toa, os Estados Unidos lançaram um programa de estratégia para inovação (Strategy for American

Innovation: Executive Summary | The White House [s.d.]) na gestão Obama (apenas mais organizado do que os que costumam lançar periodicamente) — que tem a virtude de expor algo curiosamente valioso, dada a nação que mencionamos, para este ensaio: a necessidade de que haja uma direção definida que não a difusa e incerta fornecida pelo livre mercado. Dentro desse programa de estratégia para inovação, uma das linhas de frente planejadas pelos Estados Unidos é o investimento maciço no que eles chamam de *building blocks of innovation*, sendo um grande aglomerado de alicerces baseados no conhecimento — pesquisa e desenvolvimento, educação básica, educação especializada em ciências e matemática, etc.

Portanto, as nações “resto” consideradas como independentes, assim o são por observarem certo sucesso nas condutas adotadas pelos países desenvolvidos em direção ao seu próprio desenvolvimento. As economias baseadas em conhecimento vistas no processo de superação do subdesenvolvimento na China, Índia, Coreia e Taiwan, por exemplo, possuem clara relação com o modo com que os países desenvolvidos tratam o conhecimento dentro de suas sociedades e os fins econômicos que lhe atribuem.

No contraponto dessa política de *knowledge-based economy*, é possível verificar nações como Brasil e Argentina, que dependem do conhecimento estrangeiro para definir seu crescimento futuro (Amsden 2001; Dowbor 1997). Talvez por isto Amsden dê o título ao capítulo referente ao tema em seu livro como *Globalization and National Ownership*. A autora fornece um dado de extrema relevância a respeito dos investimentos estrangeiros: quando cita Argentina, Brasil e Turquia como exemplos contrários às economias baseadas no conhecimento, além de verificar a dependência do conhecimento estrangeiro para o futuro do crescimento econômico desses países, aprofunda-se na direção da conclusão de que os investimentos estrangeiros foram predominantes exatamente no mesmo *locus*, porém seus gastos com o desenvolvimento de ciência e tecnologia locais foram praticamente zero.

Piketty vai mais além e arremata boa parte das nossas conclusões ao analisar o caso correlato ao dos países acima citados como nações integradoras. Mostra que, historicamente, o mecanismo de mobilidade do capital não foi fator que concorreu para convergência alguma. Pelo contrário, verificou-se que os países que adotaram tais posturas acabaram por sofrer de males econômicos e políticos que não permitem seu desenvolvimento — exemplo do caso dos países africanos. Segundo o autor francês, o que ocorre nesses países é que passam por um processo de se tornarem propriedade de outros países, assim, automaticamente gerando uma “demanda social pela expropriação” em níveis incontroláveis internamente. O foco do investimento estrangeiro passa a ser apenas a lucratividade

necessária para que seu investimento valha a pena. Quando se fala da transferência de tecnologia que o investimento estrangeiro pode trazer, Amsdem elucida a questão com primor quando fala da transferência tecnológica:

“Na teoria, a transferência tecnológica deveria permitir os países atrasados a alcançarem os níveis de produção internacionais. Na prática, tendo em vista que a tecnologia é “tácita” e nunca completamente codificável, a melhor transferência de tecnologia raramente alcança paridade na produção entre comprador e vendedor.” (Amsden 2001, 51), tradução nossa).

Convive também com a ideia da demanda social de expropriação trazida por Piketty, Amsdem, quando a autora demonstra que uma “timidez” dos investidores estrangeiros acabou por deixar um abismo tecnológico nos países “restos”. É isso o que parece ocorrer quando se espera que o mercado, livre, internacional deposite seus investimentos nos países em desenvolvimento, como maná a cair do céu. É evidente que a conduta oposta, ativa e não omissa, demonstra um resultado diferente, até pela própria emulação do que ocorre nos países desenvolvidos. Deve haver uma direção dada pelo próprio Estado — preciosa é a contribuição de Mazzucato, neste sentido (Mazzucato 2014) — para controle e guia aos investimentos estrangeiros — para não sobrar a estes a decisão de, com esperanças benevolência, contribuir para a economia destinatária. O Estado há de ter um papel diverso, mais presente e atendendo aos interesses da coletividade, reforçado perante seus críticos mais assanhados, que enxergam nele um paquiderme burocrático e imóvel. Portanto, o que se vê é que os países que optaram por se tornarem integradores — depositários destes investimentos estrangeiros — não obtiveram o mesmo sucesso que os países independentes na diminuição do atraso frente aos países desenvolvidos.

“Em suma, a experiência histórica sugere que o principal mecanismo que permite a convergência entre países é a difusão do conhecimento, tanto no âmbito internacional quanto no doméstico. Ou seja, as economias mais pobres diminuem o atraso em relação às mais ricas na medida em que conseguem alcançar o mesmo nível de conhecimento tecnológico, de qualificação da mão de obra, de educação, e não ao se tornarem propriedade dos mais ricos. Esse processo de difusão do conhecimento não cai do céu: muitas vezes ele é acelerado pela abertura internacional e comercial (a autarquia não facilita a transferência tecnológica) e, sobretudo, depende da capacidade desses países de mobilizar os financiamentos e as instituições que permitam investir vastos montantes na formação de seu povo, tudo isso sob as garantias de um contexto jurídico para os diferentes atores. Ele está, portanto, intimamente

relacionado ao processo de construção de uma potência pública (um governo) legítima e eficaz. (Piketty 2014, 87).

A difusão do conhecimento emerge, portanto, como principal força de convergência em comparação com a desabalada abertura do mercado aos investimentos estrangeiros. Até porque, e tomamos aqui emprestada a feliz e preciosa reflexão de Alperovitz: dois seres humanos distintos, um sito no ano de 1870 e outro no ano de 2022, com a mesmíssima carga de trabalho, exercendo praticamente a mesma função, têm uma diferença retumbante na produção de riqueza que cada um alcança. Naturalmente, não houve um câmbio essencial na natureza dos dois seres humanos, nem uma evolução como o polegar opositor. O que houve é que nos tornamos mais produtivos como sociedades (Alperovitz e Daly 2008).

Para tanto, deve haver uma atuação estatal nesse sentido, pois a transferência tecnológica não ocorre por difusão — no sentido biológico. Portanto, são indispensáveis um molde e uma estrutura com foco na construção da difusão do conhecimento e que essa estrutura subordine os interesses econômicos alienígenas de modo a haver uma aproximação dos países menos desenvolvidos aos mais desenvolvidos, ao contrário do investimento estrangeiro, que soterra a independência dos países destinatários frente aos países detentores do capital. Estes exercem, então, o mesmo papel da antiga metrópole, um tanto envernizada. A mesma colonização, um tanto mais sofisticada, dita técnica.

4. Considerações finais: *there are alternatives, Maggie.*

Começamos a tentar costurar o *paper* à guisa de conclusão. Por isso, por mais que possamos ter concluído a reflexão principal logo no fim do parágrafo anterior, alinhando-me a Piketty e Amsdem, além de Muller, Octaviani, Bercovici e outros para clarificar como a abertura do mercado ao investimento estrangeiro pelos países em desenvolvimento nada mais é do que uma verdadeira força de divergência, e não convergência, como se propaganda, vou além de recapitular os pontos discutidos no texto nessa seção terminativa.

Precisamos falar, ainda, sobre o neoliberalismo. Do que falamos quando falamos de neoliberalismo? Por que relacionar o neoliberalismo às forças de convergência e divergência entre países? Recorremos ao Consenso de Washington como um dos pontos de chegada desse pensamento. A expressão foi cunhada por Williamson em 1989 quando o economista extraiu dez prescrições básicas da confluência política do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial e do Tesouro norte-americano (Rodrigues 2022). Agora estanquemos um

pouco aqui. O ano é 1989, ano da queda do muro de Berlim. O momento histórico é o do iminente colapso da União Soviética. Reagan dá seu sorriso de caubói no Salão Oval e Maggie Thatcher proclama orgulhosa sobre a sua política neoliberal: *there is no alternative*. No mesmo ano, Fukuyama, cá citado, quem diria, a corroborar um pensamento nosso, disse haver chegado o “fim da história”. O neoliberalismo tornou-se hegemônico e plenipotenciário — sem rivalidades. Bill Clinton, após três mandatos consecutivos de republicanos — Reagan, Reagan e H. W. Bush — nos EUA, e, principalmente, Tony Blair no Reino Unido, pelo Labour, mas com uma plataforma que faria corar Harold Wilson e que fez Thatcher se orgulhar de uma certa maternidade, são dois exemplos de como, pelo menos nas nações desenvolvidas, o neoliberalismo produziu uma verdadeira blitzkrieg, avançando em direção a uma hegemonia que mesmo o liberalismo clássico não foi capaz de alcançar. O Consenso de Washington, portanto, serve-me bem para expor uma parcela do caldo neoliberal, principalmente no que toca o cerne deste artigo.

Dentre os dez pontos propostos por Williamson, vinculado a um dos muitos *think thanks* neoliberais espalhados pelo mundo, alguns são muito bem sentidos especialmente pelo sul global, como a liberalização do comércio exterior, desregulando as importações, principalmente; privatização das empresas públicas; e austeridade fiscal, por exemplo. Especialmente um deles, a liberalização dos investimentos estrangeiros no mercado interno do país em desenvolvimento me é, evidentemente, muito preciosa.

Realizando uma rasteira historiografia, podemos dizer, portanto, que a abertura de mercado interno ao investimento estrangeiro como intento de desenvolvimento próprio é um instrumento da política neoliberal, ditado por um *think thank*, Institute for International Economics, que atendia ideologicamente aos países desenvolvidos e propagado aos quatro ventos, ao redor do globo, como uma das panaceias neoliberais para as mazelas das sociedades. Retornaremos em breve a este ponto para concluir.

Antes, a recapitular: levantamos questões a respeito de como se pode tomar o papel do investimento estrangeiro no desenvolvimento das nações, precipuamente. Através do referencial teórico que adotamos - com Amsden, Piketty, Bercovici, Octaviani, Rodrigues e outros -, perpassamos certos dados econômicos e momentos históricos para verificar se somente o investimento estrangeiro — tomado nesse sentido genérico, sem especificidades — consegue fazer reduzir o atraso dos países frente aos países desenvolvidos.

O primeiro ponto fundamental do trabalho é a noção básica de que o fenômeno do desenvolvimento é um fenômeno histórico e possui diversas nuances quando comparado

entre nações. Desse primeiro ponto fundamental chega-se à conclusão de que não há uma receita padronizada ou uma cartilha comum a todos os países cujo *status* de desenvolvido ainda não foi alcançado. Mais ainda, com Celso Furtado e Bercovici cremos ter conseguido demonstrar um segundo ponto fundamental deste artigo: o fenômeno do subdesenvolvimento não é aleatório, servindo, na realidade, ao que o autor chama centro — a metrópole, oras, de onde exsurge o excedente de capital dos investimentos estrangeiros. Esse centro nos remete à própria e tão presente colonização: uma metrópole que se apropria do que a colônia produz, no mais cândido e sintético resumo. Países servindo a outros países: sendo subjugados pelas nações detentoras do poder econômico no mundo. Essa inquietante base teórica trazida por Furtado é capaz, então, de levantar dúvidas quanto ao “milagre” do investimento estrangeiro nas economias consideradas em atraso.

Graças aos trabalhos minuciosos de Piketty e Amsdem, vimos que os países que se abrem irresponsavelmente a outros, seguindo a cartilha neoliberal, acabam por tornarem-se reféns destes, numa espécie de servidão entre nações. Em verdade, as nações integradoras não sofrem benesses com a transferência tácita de tecnologia, pois a sanha exploradora do norte global é consideravelmente superior ao interesse supostamente colateral e benevolente de desenvolver a economia local. Desse nó desatado por Amsdem, chegamos à conclusão de que é preciso haver uma direção dada pelo Estado, uma planificação e ingerência, um controle para a forma com que esses investimentos estrangeiros contribuirão para a aproximação dos países subdesenvolvidos, para além da visão deturpada que o liberalismo *laissez-faire* possuía sobre o Estado e para além da enviesada manobra pró-mercado que o neoliberalismo propõe para ele (Rodrigues 2022). Com isso, pensamos não haver, decididamente, que se falar em forças de convergência ao falarmos da abertura do mercado ao investimento estrangeiro. Pelo contrário, salientamos com Fukuyama, por mais incrível que possa parecer: é só um *foreign finance fetish* (Birdsall e Fukuyama 2011) que atende ao interesse das nações desenvolvidas.

Assim, chegamos um pouco mais adiante na comparação que deu origem ao presente pensamento, e alcanço a proposição de que a difusão do conhecimento deve ser o guia principal para qualquer decisão destinada à superação do subdesenvolvimento, avaliada pelo efetivo investimento realizado pelo Estado nessa área. Foi assim que as nações independentes (Amsdem), quando muito, conseguiram se desvencilhar dos ditames das grandes economias. O mundo não é mais o mundo do TINA (*There is no alternative*) — já dissemos adeus às democracias nacionais, e à lógica de mercados locais e comércio exterior (Dowbor 2020) — e hoje os versos iniciais da canção escolhida como epígrafe para este trabalho são sentidos com

ainda mais inquietude. O que fizemos do sonho do pós-guerra? Se, por um lado, ouvir esses versos é capaz de causar um dolorido pessimismo, por outro, com o tempo passado, a história mostra que Thatcher mais uma vez esteve errada. A alternativa neoliberal caminha a largos passos para, não em sede de ideologia, mas em sede de política econômica, chafurdar em seu túmulo, cavado por si mesmo, diligentemente, nas últimas décadas, com o fomento das desigualdades, alimentando conflitos, mantendo as condições materiais de indignação que catalisam as grassadas e indignadas lutas sociais.

Por fim, uma palavra. Existem, sim, alternativas. Nesta pequena e ínfima gota de reflexões no vasto oceano da economia política e das ciências sociais como um todo, focalizadas nos conceitos de forças de convergência e forças de divergência, esperamos que tenha provocado suficientemente o leitor e a leitora e provido suficientes dados para uma construção capaz de demonstrar que ao menos um dos ditames neoliberais nada mais é do que a sofisticação técnica de antigas lógicas coloniais. Mais do que isso, esperamos que tenhamos sido convincentes ao demonstrar que sociedades baseadas no conhecimento são plenamente viáveis e muito mais independentes, verdadeiras forças de convergência, do que a idealização mercadológica neoliberal.

A história está longe de ter chegado ao seu fim. E ela ainda está, mais do que nunca eu diria, em aguerrida disputa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Alperovitz, Gar, e Lew Daly. 2008. *Unjust deserts: how the rich are taking our common inheritance*. New York: New Press : Distributed by W.W. Norton & Co.

Amsden, Alice. 2001. *The rise of "the rest": challenges to the west from late-industrializing economies*. Oxford University Press, USA.

Bercovici, Gilberto. 2011. "O Ordenamento da Inovação Tecnológica em Ação: Lei 10.973/04, Lei 11.196/05 e Lei 11.487/07-Pesquisa Empírica sobre seus Efeitos". *São Paulo: Universidade de São Paulo*.

Bercovici, Gilberto, e Alessandro Serafin Octaviani Luis. 2013. "Direito e subdesenvolvimento: o desafio furtadiano". *Celso Furtado e a dimensão cultural do desenvolvimento*: 258–il.

Birdsall, Nancy, e Francis Fukuyama. 2011. "The Post-Washington Consensus: Development After the Crisis". *Foreign Affairs* 90(2): 45–53.

Cunha, Teresa. 2019. "Epistemologies of the South, Mozambique and a Post-Colonial Feminist Quest / Epistemologías Del Sur, Mozambique y Una Búsqueda Feminista Postcolonial". *Utopía y Praxis Latinoamericana* 24(86): 101–24.

- Davis, Angela Y. 2018. “The Past, Present, and Future of Assata’s Message”. *WSQ: Women’s Studies Quarterly* 46(3–4): 232–34.
- Dowbor, Ladislau. 1997. *A formação do Terceiro Mundo*. São Paulo: Brasiliense.
- . 2020. *O capitalismo se desloca: novas arquiteturas sociais*. Edições SESC.
- Duarte, Evandro Piza, e Felipe da Silva Freitas. 2019. “Corpos negros sob a perseguição do Estado: política de drogas, racismo e direitos humanos no Brasil”. *Direito Público* 16(89).
- Freire, Paulo. 2014. *Pedagogia Do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. <http://public.ebib.com/choice/PublicFullRecord.aspx?p=6697564> (4 de julho de 2022).
- Mazzucato, Mariana. 2014. *Lo stato innovatore: sfatare il mito del pubblico contro il privato*. Roma; Bari: Laterza.
- Moniz Bandeira, Luiz Alberto. 2008. “Fórmula para o caos: a derrubada de Salvador Allende (1970-1973)”. *Rio de Janeiro: Civilização Brasileira*.
- Muller, Emmanuel. 2001. “Knowledge, innovation processes and regions”. Em *Innovation networks*, Springer, 37–51.
- Piketty, Thomas. 2013. *Le capital au XXIe siècle*. Paris: Éditions du Seuil.
- . 2014. *O capital no século XXI*. Editora Intrínseca.
- Plant, Raymond. 2004. “Neo-Liberalism and the Theory of the State: From Wohlfahrtsstaat to Rechtsstaat”. *The Political Quarterly* 75(s1): 24–37.
- Rodrigues, João. 2022. *O neoliberalismo não é um slogan*. Lisboa: Tinta da China.
- Santos, Boaventura de Sousa. 2022. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. Coimbra: Edições 70.
- Sartre, Jean-Paul. 2006. *Colonialism and Neocolonialism*. London: Routledge. <http://www.vlebooks.com/vleweb/product/openreader?id=none&isbn=9780203991848> (4 de julho de 2022).
- Smith, Adam. 1976. *An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations*. Chicago: University of Chicago Press.
- “Strategy for American Innovation: Executive Summary | The White House”. <https://obamawhitehouse.archives.gov/innovation/strategy/executive-summary> (5 de julho de 2022).